

Relato de experiência

O jornal e o vídeo como meio de expressão de jovens internados na Unidade Educacional da FEBEM de Ribeirão Preto

Working with newspaper and video: a setting of expression to youngsters law offenders

Marília Mastrocolla de Almeida¹

ALMEIDA, M. M. O jornal e o vídeo como meio de expressão de jovens internados na Unidade Educacional da FEBEM de Ribeirão Preto. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 15, n. 1, p. 33-8, jan./abr., 2004.

RESUMO: O presente artigo tem o propósito de trazer uma experiência de trabalho com jovens internos na Unidade Educacional da FEBEM de Ribeirão Preto no ano de 1999. Trata-se de uma discussão sobre o espaço da atuação da Terapia Ocupacional como um canal de expressão desses jovens, dando voz àqueles que nunca são ouvidos por não “existirem” para grande parte da sociedade. Serão relatadas duas experiências de intervenção, a criação de um jornal e de um vídeo, ambos possibilitando que esses jovens percebessem maneiras outras de expressar suas angústias diante do sofrimento gerado pelo processo de privação de liberdade e exclusão social.

DESCRITORES: Terapia ocupacional/tendências. Delinquência juvenil/reabilitação. Gravação em vídeo. Periódicos. Institucionalização. Isolamento social. Estatutos.

¹ Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Ciências na área de Psicologia pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto. Coordenadora do Programa de Capacitação Continuada da equipe técnica do Projeto Atitude.

Endereço para correspondência: Rua Singapura, 427, casa 02, Cuiabá, MT. CEP: 78070-210. e-mail mastrocolla@uol.com.br

Pretende-se descrever, neste artigo, a intervenção com jovens internados na Unidade 3 da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) da cidade de Ribeirão Preto realizada em 1999. A intervenção foi desenvolvida por uma terapeuta ocupacional e alunos de psicologia, como parte das atividades da “Equipe do NEPDA” (Núcleo de Estudos e Prevenção das DST/Aids e Uso indevido de drogas)⁽¹⁾.

No início de 1998, à convite da diretoria da FEBEM – Ribeirão Preto, essa equipe iniciou um trabalho de extensão universitária na área de Promoção de Saúde junto aos adolescentes internos da unidade, no qual eram abordados temas diversificados ligados à saúde reprodutiva e sexual, métodos contraceptivos, uso indevido de drogas e prevenção das DST/AIDS, projetos de vida, cidadania e prevenção da violência praticada e sofrida por estes jovens, dentre outros. A equipe do NEPDA atuava em todos os sete pavilhões da unidade, atendendo semanalmente aproximadamente 180 jovens de 12 a 18 anos. Durante as intervenções era possível observar que a rotina dos jovens internos se resumia em ir a escola, jogar futebol, assistir televisão e ouvir música. Quase não havia atividades externas, portanto, os jovens permaneciam praticamente o dia todo nos pavilhões. Muitas eram as críticas trazidas por eles, durante os trabalhos da equipe, com relação às dificuldades vivenciadas durante e após a internação, principalmente porque havia pouco diálogo entre os jovens e a equipe diretiva e técnica da unidade.

Essa falta de “escuta” na instituição parecia contribuir para a organização de rebeliões que traziam a tona, além da inoperância do sistema, o descumprimento das diretrizes do ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1997) e a fraqueza institucional. Trazia, também, grandes prejuízos aos jovens, como a transferência para unidades da FEBEM de São Paulo, a permanência em “celas” fechadas separadas dos outros jovens e a perda de algumas “regalias” como atividades externas e passeios para visitar familiares.

Diante de todos os prejuízos físicos, emocionais, estruturais entre outros, causados pelas rebeliões, nos colocamos uma questão: seria esse o caminho escolhido pelos jovens para expressar seu descontentamento caso houvesse outras possibilidades?

Nesse sentido, as intervenções aqui relatadas buscaram oferecer um espaço no qual os jovens

pudessem expressar suas idéias, seus sentimentos, enfim, comunicarem-se dentro e fora da instituição. Partiu-se do princípio fundamental de que a forma de intervir e de buscar respostas deveria ocorrer “...a partir do conhecimento da realidade, das necessidades e da maneira de compreender o mundo dessas pessoas ...” (BARROS et al., 1999, p.72).

A contribuição da Terapia Ocupacional pode ser identificada na abordagem e no conceito de atividade utilizado. Compreendida como mediação da relação dos jovens entre si, com a instituição, com a equipe e com a comunidade. Além disso, a atividade poderia ser vista como um meio para a busca de qualidade de vida, exercida em um contexto criativo.

É importante lembrar que, embora as discussões sobre o papel social da Terapia Ocupacional tenham, na história da profissão, possibilitado o acesso desse profissional a espaços mais amplos que aqueles destinados aos usuários dos serviços de saúde vinculados à reabilitação física e/ou à saúde mental, como aqueles educativos e corretivos (BARROS et al., 1999), ainda são poucos terapeutas ocupacionais que trabalham com jovens autores de ato infracional. Neste artigo pretende-se evidenciar a contribuição da Terapia Ocupacional na ação em equipe interdisciplinar para que o processo de inclusão social desses jovens aconteça de forma digna.

O jornal “O dia a dia na FEBEM”

A proposta de elaborar um jornal com os jovens de um dos pavilhões da unidade surgiu no final do ano de 1999, a partir das observações da equipe sobre o comportamento dos jovens durante os trabalhos nos pavilhões. Os jovens tinham necessidade de possuir objetos utilizados durante os trabalhos da equipe (como canetas, tesouras) para escrever cartas, fazer os trabalhos artesanais, uma vez que a instituição não os fornecia. A partir desta observação foi elaborada uma proposta de intervenção visando produzir com os jovens, algo cujos resultados concretos eles pudessem vivenciar e apropriar-se. A idéia do Jornal, surgiu também das observações da equipe sobre a necessidade dos jovens falarem de si e do difícil momento que passavam na instituição.

No primeiro encontro foi feita a proposta de elaboração desse veículo de comunicação e como

⁽¹⁾ O núcleo estava sediado no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto e coordenado pela Profa. Dra. Rosalina Carvalho da Silva até o ano de 2002.

primeira etapa do trabalho os jovens debateram sobre a função do jornal e tiveram contato com diversos tipos de jornais com o objetivo de observarem imagens, textos e assuntos. Houve um maior interesse pelas fotos, pois vários deles apresentavam muitas dificuldades na leitura de textos. Portanto, o trabalho esteve muito vinculado à leitura das imagens. Foi possível debater sobre a diversidade de opiniões desencadeadas por uma fotografia. Uma das imagens que mais chamou a atenção dos jovens foi a de várias crianças brancas nadando em uma piscina. Eles criticaram a ausência de crianças negras e concluíram que isso se devia ao preconceito racial. Após essa discussão, a reportagem foi lida e os jovens descobriram que se tratava de um projeto para crianças obesas oferecido pela USP. Mantendo a relação entre a leitura da foto e do texto, indagavam novamente o porque de haver somente crianças brancas. Discutiram a qualidade de vida daquelas crianças e quais os possíveis motivos que as levaram à obesidade. Questionaram o consumo excessivo de alimentos calóricos e a falta de exercícios. Os jovens imaginaram as crianças em casa jogando vídeo-game grande parte do tempo. Na análise que fizeram da foto, surgiu o contraste com a vida deles, com uma infância privada de “alimentos calóricos” e repleta de atividades na rua.

Toda essa discussão possibilitou que os jovens percebessem como a leitura de uma imagem pode suscitar diferentes interpretações sobre determinado assunto e como a leitura de um texto pode esclarecer dúvidas e possibilitar novos aprendizados. Através dessas discussões os jovens decidiram o que iriam apresentar no jornal e como iriam fazer isso, considerando então dois aspectos aprendidos e debatidos, a forma de apresentar as imagens e o conteúdo do texto das notícias.

Optaram por abordar sua rotina na instituição, na tentativa de mostrar o momento que estavam vivendo. Nesta etapa, o primeiro passo foi a leitura e o contato com notícias de jornais de grande circulação que abordavam o tema escolhido. Surgiram discussões interessantes quanto ao tipo de imagem que a mídia costumava veicular sobre eles e a imagem que gostariam de expressarem em seu jornal. O grupo percebeu que os jornais de circulação municipal e estadual, quando discutiam sobre jovens internos na FEBEM, na maioria das vezes, colocavam em evidência as imagens em que os jovens apareciam com as mãos em forma de arma, com os rostos cobertos por panos. Assim, foram discutidos os efeitos dessas imagens, o que elas expressavam e o que eles realmente gostariam de expressar. Perceberam também que as imagens mostradas pela mídia reforçavam a idéia de que todos

os que ali estavam eram perigosos e violentos e que nada sabiam fazer a não ser provocar violência por meio de rebeliões.

A partir dessas reflexões decidiram que gostariam de veicular uma outra imagem, principalmente sobre aquilo que eles gostavam de fazer e das coisas que os faziam se sentir bem. Decidiram fazer matérias sobre o artesanato que produziam, a importância da visita das mães, as atividades de lazer etc. Criaram também um espaço para expor desenhos, pensamentos, letras de músicas e um outro local para mandar recados para amigos que estavam fora da unidade. A criação do jornal mobilizou quase todos os jovens do pavilhão que se organizaram em grupos de tarefa, cada qual responsável por elaborar uma parte do jornal.

Foi possível perceber o entusiasmo e a alegria dos jovens ao receberem o jornal e como primeiro movimento, o de procurarem as imagens onde apareciam e seus desenhos. Os jovens se percebiam no jornal pois suas imagens refletiam aquilo que eles eram e/ou gostariam de ser e de mostrar para as pessoas que os conhecessem. Muitos colocaram o jornal nas paredes dos “barracos” onde dormiam, alguns deram para os familiares que levaram para as suas casas.

Embora, por opção do grupo, o material tenha ficado restrito ao pavilhão, o fato de alguns jovens presentearem seus familiares e amigos com o jornal, evidenciou a identificação com o que produziram e a importância de tornar público, mesmo que aos olhos de poucos, a “verdadeira imagem” do jovem interno da FEBEM, ou seja, aquela concebida por eles e formada a partir das vivências sofridas e divertidas, solitárias e grupais, mas repletas de desejos de liberdade, de igualdade e afetividade.

O vídeo como forma de reivindicação

O trabalho do vídeo foi realizado junto com jovens de um dos pavilhões da unidade no ano de 1999 e foi motivado pelo grande número de rebeliões ocorridas na instituição. Naquele período, o Juiz da Infância solicitou que a equipe do NEPDA coordenasse um trabalho com os jovens, discutindo e realizando um levantamento das reivindicações em cada pavilhão, para a melhoria das condições da Unidade e do trabalho desenvolvido.

A intervenção realizada pela equipe do NEPDA foi chamada de “negociação de paz”, pois todos os jovens, pela primeira vez, se reuniram em um mesmo espaço e, de forma organizada, trouxeram para discussão com o Juiz da Vara da Infância, as reivindicações, que foram atendidas pela direção da Unidade. Esse trabalho

foi apresentado por Silva et al. (2000) na 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia,

Este trabalho propiciou aos jovens a vivência de alguns direitos e deveres garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, possibilitando uma experiência democrática de resolução de dificuldades dentro da instituição de modo pacífico. Além disso, a experiência ofereceu à esses jovens a oportunidade de serem protagonistas deste processo de transformação pessoal e institucional”.

Como parte do processo de reflexão surgiu a idéia de realizar um vídeo como um canal para que os jovens conseguissem expressar suas reivindicações. Todo o processo de discussão da filmagem foi definido pelos jovens, que decidiram abordar temas que variaram desde as condições físicas da unidade, as atividades realizadas na rotina da instituição, até um pouco sobre os motivos que os levaram à FEBEM, a forma da sociedade percebê-los e como eles gostariam de estar vivendo naquele momento.

Houve a necessidade de se criar um roteiro para que pudessem organizar os assuntos que gostariam de ir abordando. Primeiramente optaram por mostrar o “barraco” onde dormiam e cada jovem contou um pouco sobre as atividades que gostava de fazer ali, como era a relação dele com o companheiro (s) de “barraco” e como ele cuidava do local. Nessa etapa foram assinalados os seguintes assuntos: 1) saudades de familiares; 2) dificuldade de conviver com muitas pessoas no pavilhão; 3) perda da identidade e da privacidade e finalmente; 4) recado para o juiz da Vara da Infância e da Juventude pedindo a liberdade como a única alternativa para superar todas as dificuldades relatadas.

A segunda fase de filmagem aconteceu no pátio do pavilhão. Os jovens optaram por mostrar a má condição da estrutura física da unidade, como goteiras, encanamento danificado e, as alternativas criadas por eles para conviver nesse caos, ou seja, as atividades esportivas, a música e a confecção de artesanatos.

Na terceira e última etapa da filmagem, os jovens entrevistaram uns aos outros perguntando os motivos que os levaram a estar na FEBEM. Nas entrevistas foram assinalados desde os atos infracionais praticados e a sensação do jovem ao praticá-los, até as dificuldades vividas nos bairros por estarem envolvidos com o tráfico de drogas e por estarem na “mira” das abordagens policiais. Nas entrevistas falaram também sobre a rotina da unidade desde o horário de acordar até ir dormir, dando ênfase à ausência de atividades oferecidas.

Após o término das filmagens e na avaliação final do trabalho, o grupo não permitiu que qualquer

cena fosse cortada na edição, mesmo que isso impedisse a apresentação do vídeo para a equipe diretiva e técnica da unidade, uma vez que no vídeo os jovens expressaram sentimentos em relação aos funcionários e ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude que dificilmente seriam bem aceitos.

Durante o processo de produção do vídeo os jovens se sentiram à vontade para expressarem a angústia gerada pela internação. A atividade permitiu que emergissem sentimentos e falas que muitas vezes “não poderiam ser ditas” e/ou expressadas.

A atividade do vídeo possibilitou que os jovens entrassem em contato com as angústias e uma vez que puderam falar delas abertamente, sem receios, sem censura, também puderam refletir sobre elas a cada momento que assistiam ao vídeo e assim perceberem que poderiam enfrentá-las de formas diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Doutrina de Proteção Integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), propôs olhar para toda a criança e adolescente como prioridade nas políticas públicas por sua condição peculiar de desenvolvimento. No entanto, quando se fala do jovem autor de ato infracional existem artigos propostos no ECA que ainda podem fortalecer discursos que consideram esses jovens como perigosos em potencial e portanto merecedores de ações punitivas que os separem do convívio social.

O artigo 98, inciso III do ECA permite a aplicação de medida sócio-educativa por *razão da conduta do jovem*, evidenciando uma postura que culpabiliza o jovem pelas suas ações e, exime de responsabilidade o Estado e a Sociedade civil. O ECA propõe a aplicação das medidas sócio-educativas privativas de liberdade (artigos 120 e 121), o que mostra, o quanto está enraizada a cultura em favor de políticas repressivas e punitivas, mesmo que sejam conhecidos os prejuízos sociais, físicos e psíquicos gerados pelo processo de institucionalização.

Conforme o artigo 103, o ato infracional praticado pelo jovem é compreendido como crime ou contravenção penal tendo como parâmetro o Código Penal. Dessa forma, o jovem é julgado por um ato praticado como se fosse por um adulto, esquecendo-se então de sua condição peculiar de desenvolvimento. De acordo com Almeida (2002) essa dimensão que se dá ao ato infracional condena o jovem por razão de sua conduta, pois o próprio ato se justifica por si mesmo, sem ao menos ser considerado o contexto no qual o Ato Infracional foi praticado e onde possam ser percebidas

as atitudes pessoais dos jovens e aquelas que são reproduzidas pelo comportamento social estimulado pela cultura, educação e principalmente pelos meios de comunicação (VOLPI, 2001).

É pouco provável que a sociedade caminhe no sentido de respeitar esses jovens em sua fase de desenvolvimento, uma vez que o próprio aparato legal que deveria protegê-lo, contém diretrizes que implicam no processo de exclusão desses jovens.

O direito processual e de defesa desses jovens, garantido no artigo 141, exemplifica esse paradoxo, pois, embora a lei exista para garantir ao jovem o direito de ser escutado e de poder se defender, ainda é muito discreto o movimento dos profissionais dispostos a escutá-los falar sobre suas trajetórias de vida durante as audiências judiciais. Os jovens continuam sendo “réus confessos” antes, durante e após as audiências.

Portanto, acreditamos que são necessárias as atividades que dêem voz àqueles que são constantemente calados, de forma a contribuir com a reflexão sobre suas ações e alternativas para enfrentar essa dura realidade.

Por meio do jornal e do vídeo foi possível rever a formação de suas imagens como jovem, como interno na FEBEM, como perigosos bandidos e portadores do estigma de *periculosidade, irrecuperabilidade e inutilidade*.

Será que o exercício de “re-significar” a própria imagem não seria o mesmo que dar um novo sentido para a própria existência e assim, a partir desse novo olhar criar novas estratégias para expressar seus pensamentos e sentimentos?

A ...sociedade é fruto de uma inter-relação de atores sociais, onde as ações de uns são reciprocamente orientadas em direção às ações dos outros sendo a ação, o comportamento humano para o qual lhe é atribuído um significado subjetivo. A ação se torna social quando são considerados os significados subjetivos a ela atribuídos pelos indivíduos e a influência do comportamento dos outros na sua realização (WEBER apud MINAYO, 1999, p. 51).

Dessa forma, à medida que o terapeuta ocupacional começa a se perguntar de onde vem esse sujeito, o que pensa sobre... o que faz quando... o que sente ao... o que deseja se... ele está buscando compreender como essa pessoa existe no mundo e a implicação disso nas suas ações sociais.

Cabe então ao profissional, contribuir com o sujeito refletindo sobre a maneira como ele está existindo no mundo, avaliando quais os meios para a sua expressão subjetiva e para a criação de respostas às interferências de outros em sua trajetória. Assim, uma vez que o indivíduo percebe o espaço de intervenção como um espaço possível de (re)construir sua existência no mundo, ele passa a estar aberto para aprender novas estratégias de ação e expressão.

Buscar diferentes formas de dar voz a esses jovens é tentar “...trazer a tona suas críticas e torná-los sim interlocutores do nosso presente e das possíveis alternativas para essa dura realidade” (ALMEIDA, 2002, p.178) tornando-os dessa forma, atores principais na criação de sua existência segundo a sua subjetividade e não mais a partir daquilo que foi construído ao longo da história.

ALMEIDA, M. M. Working with newspaper and video: a setting of expression to youngsters law offenders. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 15, n. 1, p. 33-8, jan./abr., 2004.

ABSTRACT: This paper discusses about an experience of Occupational Therapy to youngsters law offenders. This work carries out a description of two interventions: a newspaper and a vídeo. Both to emphasize the meaning of this professional in the social area, and the contribution for this kind of intervention to the youngsters' expression as an important element for help them to make their rights respected.

KEY WORDS: Occupational therapy/trends. Juvenile delinquency/rehabilitation. Newspapers. Institutionalization. Social isolation. Constitution and bilaws.

Agradecimento: Agradeço à Prof^a Dr^a Denise Dias Barros por todas as orientações e apoio nessa difícil tarefa de escrever um artigo.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA M. M. de. **Compreendendo as estratégias de sobrevivência dos jovens antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto**. 220p. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – Departamento de Psicologia - USP-RP, São Paulo, 2002.
2. BARROS, D. D. A desinstitucionalização é desospitalização ou desconstrução. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 1, n. 2, p. 101-6, 1990.
3. BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sociedade. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 10, n. 2/3, p. 69-74, 1999.
4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social - Governo do Estado de São Paulo. São Paulo. Imprensa Oficial, 1997
5. MINAYO M. C. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 6ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1999.
6. SILVA, R. C.; PEREIRA, F. R. P.; MURAD, J. G. P.; GABARRA, L.; OLIVEIRA, M. C.; GRAMACHO, M. F.; ALMEIDA, M. M.; ANCHESCHI, S. R. C. B.; CAMPOS, T. N. Negociação da paz como exercício de cidadania. In: 1ª Mostra de Práticas em Psicologia, Ribeirão Preto, SP, 5-6 out. 2000. Ribeirão Preto: Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, 2000.
7. VOLPI, M. (Org.). **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001.